



## Bancários e bancárias capixabas aprovam proposta da Fenaban

**A**cordo aprovado é válido por dois anos e mantém a maior parte dos direitos já conquistados pela categoria. No entanto, a CCT não garante a não

implementação da reforma trabalhista nos bancos e deixa lacunas para contratações precárias.

**Páginas 02 e 03**

Acordo da Caixa impõe graves perdas de direitos para os empregados

**Página 04**

Bancários filiados são convocados para decidir destinação de Contribuição Negocial

**Página 07**

### Editorial

## Resisitir é preciso

Com o impeachment da presidente Dilma Rouseff (PT), após o golpe articulado no âmbito jurídico, parlamentar e empresarial, os trabalhadores brasileiros amargaram sucessivos golpes, como a reforma trabalhista, a terceirização irrestrita, o fim da desaposentação, a PEC do teto dos gastos (241/55), o aprofundamento das privatizações e a entrega do pré-sal brasileiro.

Na Campanha Nacional dos Bancários e Bancárias, os banqueiros (co-autores da reforma trabalhista e apoiadores do golpe) já lançaram mão da nova legislação trabalhista e entraram na negociação dispostos a retirar os direitos da categoria.

Ao fim da Campanha, ficou mais do que evidente que o que está em curso no Brasil é a desconstrução das categorias profissionais e o fim dos seus direitos conquistados. Nesse cenário, é preciso que os trabalhadores repensem suas formas de luta e de organizações para enfrentarem os consequentes ataques das elites econômicas e de seus representantes no parlamento.

As eleições deste ano são um importante momento para negar esse projeto de retirada de direitos e reafirmar, por meio do parlamento e nas ruas, a luta para barrar a reforma da Previdência e os retrocessos impostos pelas reforma trabalhista e a terceirização irrestrita.



Sérgio Cardoso

**BANCÁRIOS E BANCÁRIAS CAPIXABAS APROVARAM A PROPOSTA DA FENABAN EM ASSEMBLEIA DA CATEGORIA NO CENTRO SINDICAL**

# Acordo com a Fenaban: uma vitória relativa

**Após dez rodadas de negociação com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), bancários e bancárias de todo o Brasil aprovaram, em assembleias, as propostas dos bancos privados, da Caixa e do Banco do Brasil**

O acordo prevê reajuste salarial de 5% (aumento real de 1,31% sobre a inflação do INPC de 3,64%). A Convenção e acordos coletivos específicos terão validade de dois anos.

Diante da intransigência da Fenaban em assinar o pré-acordo e das contínuas tentativas de retirada de direitos, a garantia de manutenção de boa parte das cláusulas previstas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) foi uma vitória relativa da categoria bancária. Isso porque a Campanha Nacional deste ano deixa saldos negativos e danosos para os bancários e bancárias.

A maioria do Comando Nacional

dos Bancários aceitou a estratégia dos bancos em centrar a pressão na mesa de negociação, sem testar a capacidade e a tradição de luta da categoria bancária através da greve.

Essa opção foi duramente criticada pelo representante dos bancários capixabas e da Intersindical no Comando, Carlos Pereira de Araújo (Carlão). Desde o início das negociações, ele defendeu a construção de um calendário de luta, mobilizando bancários e bancárias para deflagrar a greve e, assim, pressionar a Fenaban a garantir a inclusão da cláusula mais importante da CCT deste ano: a obrigatoriedade

que para trabalhar em banco deve ser bancário, não sendo permitida outras formas de contratação.

“Nós, do Sindibancários/ES e da Intersindical, defendemos a construção da greve desde quando os bancos descumpriram o primeiro prazo acordado para apresentar a proposta final. Já era um sinal evidente de que as cláusulas fundamentais da minuta não seriam atendidas. Mas a maioria do Comando não apostou na capacidade de luta da categoria e não lançou um calendário de enfrentamento para construir a greve. Não foi possível, portanto, medir a verdadeira força dos bancários para enfrentar a reforma trabalhista. A opção do Comando limitou nossa possibilidade de avançar na garantia de mais direitos, que seria possível somente se houvesse greve”, pontua Carlão.

## CCT não impediu aplicação da reforma trabalhista

O resultado da Campanha Nacional foi um acordo com o mínimo que os bancários poderiam conquistar e, pior, sem garantir questões cruciais para a categoria, como a inclusão de uma nova cláusula para impedir a aplicação da reforma trabalhista, garantindo assim a manutenção do padrão de contratação, ou seja, a não precarização do trabalho com contratos nos formatos de terceirização, Pessoa Jurídica (PJ), entre outros. Além disso, a mudança do conceito de gratificação de função incluído na CCT dificulta o questionamento na Justiça sobre o direito à sétima e à oitava hora.

“Por mais que pareça cômodo e bom fazer um acordo sem greve, a médio prazo esse modelo pode nos levar a outras derrotas e a retirada de direitos. A tendência é que a cada dois anos, a categoria fique mais fragilizada, uma vez



que a vai perdendo a tradição de fazer greve e a capacidade de mobilização e de resistir às péssimas condições de trabalho. Essa opção da maioria do Comando de priorizar a mesa de negociação em detrimento da participação efetiva da categoria é perigosa”, alerta Carlão.

A negociação na mesa também não garantiu nenhum avanço contra as reestruturações nos bancos públicos e as demissões nos privados e em relação ao aumento do piso da categoria. Outro ponto desfavorável é a validade de dois anos para o acordo, limitando a possibilidade da categoria de lutar por avanços, principalmente nas cláusulas econômicas, uma vez que o acordado é o aumento de apenas 1% acima da in-

flação no próximo ano.

“Apesar do lema da Campanha Nacional ter sido ‘Nenhum Direito a Menos’, ficamos presos a um patamar mínimo, que foi o ponto inicial das negociações, e ainda perdemos alguns direitos. No entanto, não poderíamos deixar de orientar os bancários capixabas a aceitarem o acordo, pois ficaríamos isolados em uma greve, sem força suficiente para retomar a mesa de negociação e correndo risco de sofrer retaliações. Mas nossa luta é também a da classe trabalhadora. Precisamos nos unir para reverter todas as reformas contra os trabalhadores, inclusive a da Previdência”, enfatiza Carlão.

### CONFIRA OS PRINCIPAIS PONTOS DA CCT

- ✓ Direito a parcelar em até três vezes o adiantamento de férias que atualmente é descontado integralmente no mês posterior ao descanso;
- ✓ Garantia da realização do terceiro Censo da Diversidade, levantamentos já realizados nos anos de 2009 e 2014, fundamentais para traçar o perfil da categoria e ajudar na promoção da igualdade de oportunidades;
- ✓ Bancário demitido não precisará mais requerer o pagamento da PLR proporcional se tiver conta corrente ativa no banco; os demais terão prazo para solicitar o pagamento;
- ✓ O acordo também prevê a manutenção dos direitos da CCT para todos, inclusive os hipersuficientes. Esses trabalhadores, a partir de 91 mil na categoria que têm curso superior e ganham mais de R\$ 11.291,60 (dois tetos do INSS), estariam expostos a negociar diretamente com os patrões e poderiam perder até a PLR, de acordo com a nova legislação trabalhista.
- ✓ Mantida a PLR integral para bancárias em licença-maternidade, ou adotantes, e para os afastados por doença ou acidente;
- ✓ Mantida a cláusula de gratificação de função, que prevê 55% de comissionamento, a Fenaban queria reduzir para 33%, como está na CLT. Após pressão, manteve-se o mínimo de 55% sem impacto no comissionamento atual. Somente em caso de ações trabalhistas futuras e caso se descaracterize o comissionamento e caracterize como hora extra, será descontado o que já foi pago. Isso já tem sido praticado pela Justiça Trabalhista em algumas ações e bancos, como na Caixa, que tem orientação jurisprudencial nesse sentido. A mudança não impacta nas ações anteriores à assinatura do acordo, com período de três meses de transição;
- ✓ Mantida a proibição da divulgação de ranking individual, prevista na cláusula 37ª da CCT, como forma de reduzir a pressão por metas;
- ✓ Salário substituto (cláusula 5ª) e a cláusula do vale-transporte, com 4% de desconto sobre o salário base;
- ✓ Os bancários e as bancárias terão até 30 dias para apresentar o recibo para reembolso do auxílio-creche; os bancos queriam que esse prazo fosse menor, de 10 dias;
- ✓ Volta a cláusula que previa adicional de insalubridade e periculosidade (cláusula 10ª);
- ✓ Vale-cultura (cláusula 69ª) conforme queriam os trabalhadores, para que o direito esteja garantido caso o governo retome o programa.

# Acordo da Caixa retira direitos

**Aprovada pela maioria das assembleias da categoria em todo o país, a proposta específica do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da Caixa é uma verdadeira cilada para os bancários e bancárias**

Apesar de manter boa parte das conquistas, o acordo retira direitos e torna o Saúde Caixa ainda mais vulnerável e suscetível à extinção.

Diante de uma proposta com perdas de direitos, a diretoria do Sindibancários/ES orientou pela não aceitação do acordo. Mas a maioria dos bancários capixabas votou a favor da proposta. As consequências da aceitação desse acordo os empregados da Caixa vão sentir a curto e a longo prazo. Uma das mais graves perdas é a modificação radical da cláusula do Saúde Caixa, que inclui no acordo as regras da CGPAR, como a imposição do teto de gasto de 6,5%, e a exclusão de novos empregados do plano.

“Lamentavelmente, a maioria dos bancários e bancárias da Caixa aprovou esse acordo, que é um dos mais graves ataques aos direitos dos empregados e faz parte do pacote do governo Temer de desmonte da Caixa. Perdemos importantes conquistas e podemos assistir a extinção do Saúde Caixa, com as mudanças previstas para 2021”, destaca a diretora do Sindibancários/ES, Lizandre Borges.

Outras perdas acarretadas pelo acordo são: fim da jornada de seis horas



com aumento para seis horas e quinze minutos; não garantia da incorporação da função dos comissionados após dez anos; alteração na suplementação da licença saúde para os bancários que já estão aposentados pelo INSS; não inclusão da isenção de tarifas das TED's; e limitação de apenas duas bandeiras de cartão de crédito para os empregados.

## ACORDO DE MESA

Sem sequer convocar a categoria para um calendário de luta e a construção de uma greve, a comissão de negociação que representou os bancários e bancárias da Caixa apostou apenas nas mesas de negociação para garantir direitos. Essa alternativa resultou em um acordo de retrocessos.

“Os bancários da Caixa têm uma história de luta, com greves acirradas, que foram fundamentais para a conquista dos nossos direitos. Mas, nesta Campanha, os representantes dos bancários na mesa de negociação não

acreditaram na capacidade de luta da categoria, sequer testaram o grau de mobilização dos bancários. Como consequência, amargamos um acordo que impõe perdas e coloca em risco o Saúde Caixa”, enfatiza a diretora do Sindibancários/ES, Rita Lima.

A diretoria do Sindicato realizou em torno de 50 reuniões nas agências e departamentos da Caixa para intensificar a mobilização. Entidades representativas dos empregados, como a AGECEF, APCEF-ES e a AEA também fortaleceram a mobilização.

“Essa era uma campanha decisiva, a primeira após a reforma trabalhista. Por isso, dedicamos nossos esforços na construção de uma forte mobilização, com reuniões para discutir a gravidade da nossa situação e sobre a importância da participação efetiva dos bancários. Sabemos que nossa organização se fortaleceu ainda mais, apesar desse desfecho”, destaca a diretora do Sindibancários/ES, Renata Garcia.

te lenta do Saúde Caixa, caso os empregados não consigam reverter essas mudanças no próximo acordo. Isso porque mesmo que as resoluções da CGPAR sejam derrubadas, em 2021 obrigatoriamente a Caixa vai aplicar as regras, já que estão previstas no acordo.

Com a limitação do teto de gastos, a queda da folha de pagamento após a redução drástica de empregados, a não inclusão de novos empregados no plano e a queda da massa salarial, a tendência é que os bancários, da ativa

e aposentados, não consigam arcar com os altos custos do plano.

“Esse foi um dos mais graves ataques aos direitos dos bancários. Ao aceitar esse acordo, nós também deixamos as futuras gerações de novos empregados e os futuros aposentados sem plano de saúde. Além de continuar lutando para derrubar a CGPAR, nosso desafio agora é reverter essa mudança no Saúde Caixa e garantir a sustentabilidade e existência do nosso plano”, defende Lizandre.

# Negociação com o BB coloca em risco direitos dos bancários

Considerando a conjuntura adversa, em que a proposta dos bancos é garantir a implementação imediata da reforma trabalhista, bancários e bancárias do Banco do Brasil tiveram uma vitória ao conseguir manter a maioria das cláusulas do acordo específico, garantindo a manutenção de direitos fundamentais para a categoria. Contudo, não houve avanços.

“Enquanto resistência, tivemos uma vitória importante com a manutenção do acordo anterior, uma vez que, nessa conjuntura complexa, o BB foi para a negociação com o objetivo de retirar direitos, e dessa vez tendo como agravante todo o respaldo da reforma trabalhista. Além disso a proposta do governo Temer é acelerar o desmonte dos bancos públicos, abrindo caminho para a privatização. No entanto os empregados e empregadas do BB saem dessa campanha sem nenhum avanço e com a ameaça da terceirização, já que não conseguimos garantir no acordo a manutenção do padrão de contratação dos bancários”, avalia Goretti Barone, diretora do Sindibancários/ES.

Nas cláusulas econômicas, o acordo específico do BB segue a Convenção Nacional fechada com a Fenaban com reajuste de 5% e validade para dois anos.



## ALGUNS PONTOS DO NOVO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO DO BB

**INTERVALO DE ALMOÇO:** O intervalo de almoço dos funcionários com jornada de oito horas poderá ser reduzido para 30 minutos, de forma facultativa. Já para os funcionários de seis horas será mantido o modelo atual, sem registro de ponto. No caso de horas extras, o tempo mínimo de intervalo para o funcionário de jornada de seis horas, poderá ser de 30 minutos.

Para Goretti, essa flexibilização do intervalo é prejudicial uma vez que pode se tornar a regra e representará a redução de um direito que foi conquistado com muita luta para garantir a saúde física e mental dos trabalhadores. “O banco diz que ficará a escolha do funcionário, mas será que, na prática, com as agências cada dia mais lotadas e com menos bancários, pressão por metas cada vez mais abusivas, o funcionário poderá mesmo escolher?”, questiona Barone. E completa, “quem vive a realidade das agências sabe que essa redução do almoço, ou seja, a redução do tempo necessário para descanso é um retrocesso nos direitos

trabalhistas e já é resultado da implementação da reforma, que prevê jornadas livres de até 12 horas. No caso dos bancos públicos, a reforma está sendo implementada desse jeito, aos poucos, com discurso de que será bom para o funcionalismo, mas, na verdade, está abrindo portas para o fim de todas as nossas conquistas”, critica.

**BANCO DE HORAS:** Outro ponto que representa retrocesso foi a volta do banco de horas, em que os bancários terão até seis meses para fazer a compensação das horas extras com folgas, sendo um dia acumulado para um dia folgado, ou seja, o saldo de horas somente será convertido em espécie e pago com o devido adicional de hora extra (uma hora e meia) após seis meses, o que representa perda financeira para os trabalhadores e lucro para os bancos.

**MESAS TEMÁTICAS:** O acordo mantém a mesa temática sobre Saúde e Segurança no Trabalho e acrescenta duas novas: Teletrabalho e Escritórios Digitais e Entida-

des Patrocinadas de Bancos Incorporados. Esses são os principais pontos críticos nas condições de trabalho dos bancários e precisam continuar sendo debatidos, mas para garantir avanços, é fundamental, sobretudo, que os debates se concretizem em ações no cotidiano das agências.

**MANUTENÇÃO DAS TRÊS AVALIAÇÕES:** Foi garantida a manutenção da cláusula do Acordo Coletivo que garante a observação de três ciclos avaliatórios consecutivos de GDP com desempenhos insatisfatórios, para efeito de descomissionamento.

**PLR:** Garantida a manutenção do mesmo modelo de PLR, sendo o pagamento do primeiro semestre, logo após a assinatura do acordo.

**LUTO:** A proposta inclui um dia de luto para falecimento de padrastos e madrastas do funcionário.

**VALE-TRANSPORTE:** Os funcionários poderão optar pelo recebimento do vale-transporte em dinheiro ou em cartão magnético.

## Saúde Caixa em risco

A Caixa conseguiu incluir no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) as normas impostas pela resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), e impôs o teto de gasto de 6,5%, a partir de 2021 e a exclusão de novos empregados do plano, válida desde o dia 01 de setembro.

Essa medida representa a mor-

# Apesar do alto lucro, Banestes não avança na garantia de direitos

Uma conjuntura adversa, com forte ameaça de implementação imediata da reforma trabalhista, os empregados do Banestes conseguiram, com muita pressão nas rodadas de negociação, reverter a tentativa da direção do banco de retirada de direitos e garantir a manutenção das cláusulas do atual Acordo Coletivo.

Entre os direitos mantidos estão o abono assiduidade e o pagamento de vale-refeição e vale-alimentação para bancários afastados por até dois anos. Também permaneceu no acordo um grupo de estudo que irá discutir a forma de contribuição da Banescaixa. Nas cláusulas econômicas, o banco seguiu a Convenção Nacional acordada com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e o acordo tem validade de dois anos.

O Banestes foi o último banco a iniciar as negociações e nas cinco rodadas manteve uma postura intransigente e tentou insistentemente retirar direitos dos empregados. Uma das mudanças que o banco queria impor era condicionar o pagamento da REV à avaliação, metas e monitoramento individuais. Além disso, o banco também tentou retirar a incorporação da gratificação semestral de 25%, o processo de seleção interna, reduzir o número de delegados sindicais e retirar as cláusulas sobre o combate ao assédio sexual e moral dentro do banco.

“Diante desse cenário, de reforma trabalhista e terceirização irrestrita, tivemos uma vitória importante com a manutenção dos direitos já conquistados no nosso acordo. Mas a postura do Banestes em não avançar em nada na



Sérgio Cardoso

negociação é no mínimo incoerente, já que o banco vem mantendo lucro crescente e essa alta rentabilidade é resultado da dedicação dos banestianos”, avalia o coordenador geral do Sindibancários/ES, Jonas Freire.

Somente no primeiro semestre deste ano, o lucro líquido do banco chegou a R\$ 86 milhões, crescimento de 13,2% na comparação com o primeiro semestre de 2017.

“Embora seja muito ruim aprovar um acordo sem greve, temos que considerar a conjuntura desastrosa em que os banqueiros foram os principais autores da reforma trabalhista, que é muito perversa com todos os trabalhadores, mas em especial é uma ameaça à existência da categoria bancária. Por isso, precisamos nos manter mobilizados para defender que as contratações do banco permaneçam via concurso público, diante das ameaças da ter-

ceirização, que coloca em risco nossos direitos e a qualidade do atendimento à população. Além disso, vamos continuar na luta em defesa do Banestes público e estadual”, enfatiza o diretor do Sindibancários/ES, Jessé Gomes.

## PRESIDENTE DO BANCO NÃO PARTICIPA DE ASSINATURA DO ACORDO

A assinatura do acordo não contou com a participação do presidente do Banestes, Michel Sarkis, que desde que assumiu a direção do banco se manteve fechado para o diálogo com os empregados. “A não participação do Sarkis só reforça a postura desrespeitosa, autoritária e arrogante que ele e o governador Paulo Hartung mantêm com os banestianos, mas não surpreende, já que esse é o tratamento que o governo dá aos servidores públicos de todas as demais áreas”, pontua Freire.

# Assembleias dos associados decidirão destinação da Contribuição Negocial

De acordo com o estatuto do Sindicato, poderão participar das assembleias bancários e bancárias sindicalizados

No próximo dia 9 de outubro, serão realizadas assembleias dos bancários capixabas filiados ao Sindicato para decidir sobre a destinação do valor arrecadado com a contribuição negocial, que agora faz parte da Convenção Nacional da categoria. As reuniões serão em Vitória, no Centro Sindical dos Bancários e também nas subseções em Colatina, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim.

Aprovada em Assembleia Geral no último dia 29 de agosto, a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria prevê a contribuição negocial a ser paga pelos bancários e bancárias de 1,5% sobre o salário já reajustado e 1,5% sobre cada parcela da PLR. O valor a ser descontado sobre o salário é de no mínimo R\$ 50,00 e de no máximo R\$ 250,00, já sobre cada parcela da PLR o teto será de R\$ 210,00.

Assim como na Conferência Nacional, o Sindibancários/ES manteve o seu posicionamento no Comando Nacional defendendo que a contribuição deveria ser decidida com ampla participação dos bancários e bancárias em assembleias da categoria, respeitando

## ASSEMBLEIA GERAL DOS ASSOCIADOS



### SEDE VITÓRIA

Horário: 18h30

Local: Centro Sindical dos Bancários Rua Dom Bosco, 125 – Ilha de Santa Maria – Vitória/ES.

### SUBSEDE COLATINA

Horário: 17h30

Local: Subseção Rua Geraldo Pereira, 194, Centro, Edifício Idalina, 4º andar, sala 408.

### SUBSEDE LINHARES

Horário: 18 horas

Local: Escola Ceasmti Bartouzino Costa Av. Jones Santos Neves, S/N, Centro, Linhares

### SUBSEDE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Horário: 18 horas

Local: ACISCI Rua Bernardo Horta, 338, Bairro Guandu.

a realidade de cada região.

“Defendemos que a categoria deveria ter autonomia para discutir e decidir, em assembleias, se concordava ou não com a contribuição e definir os seus detalhes, como por exemplo, o percentual do desconto e se seria apenas sobre o salário ou também sobre a PLR, porque as realidades de cada entidade são diversas e as demandas também. Discordamos do alto percentual acordado e também fomos contra a estipulação de um teto, pois entendemos que este penaliza aqueles que recebem

menos”, explica Carlos Pereira Araújo (Carlão), que representou os bancários capixabas e a Intersindical no Comando Nacional.

Contudo, como a posição do ES não passou no Comando Nacional, a contribuição foi unificada e incorporada à Convenção e, por isso, não foi possível votá-la separadamente. “Mantendo a coerência com o que defendemos, convocamos os bancários e bancárias filiados para decidir a destinação da parte deste recurso que cabe ao sindicato (70%)”, afirma.

## DISTRIBUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

70% SINDICATOS

15% FEDERAÇÕES

10% CONFEDERAÇÕES

5% CENTRAIS SINDICAIS

### DESCONTO ASSISTENCIAL

✓ Cada sindicato definia em assembleia o índice ou valor fixo a ser descontado dos bancários ou que não haveria nenhum desconto. O desconto assistencial era desvinculado da Convenção Coletiva, e era permitido ao bancário e bancária, dentro de um prazo pré-fixado, se opor ao desconto, mesmo aprovado em assembleia.

### CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

✓ A Contribuição Negocial está incluída na Convenção Nacional de forma orgânica, ou seja, quando a categoria aprova a CCT, consequentemente aprova a contribuição. A Contribuição Negocial não permite ser votada separadamente da CCT e ao bancário se opor ao desconto.

## Bancários conquistam novos direitos

Após três rodadas de negociação, os bancários do Banescaixa assinaram acordo com o banco que garantiu a manutenção de todas as cláusulas do acordo anterior e mais direitos. Único a assinar o pré-acordo, o Banescaixa pro-

pôs um aumento no valor auxílio funeral e das diárias para quem viaja a trabalho. Outra cláusula conquistada foi a garantia do auxílio-refeição para os bancários e bancárias afastados por doença.

# Não vote nos parlamentares que rasgaram nossos direitos

Com a Convenção Nacional e os acordos específicos assinados, a Campanha Nacional dos Bancários e Bancárias 2018 chegou ao fim. Mas, como integrante da classe trabalhadora, a categoria bancária segue na luta contra todos os ataques aos trabalhadores brasileiros consolidados no governo de Michel Temer com o apoio de parlamentares, empresários, banqueiros e ruralistas. A reforma trabalhista e a terceirização de qualquer atividade no setor privado e público são as expressões máximas do golpe contra os trabalhadores.

A aprovação de todos esses ataques aos trabalhadores teve o apoio dos deputados capixabas Evair de Melo (PV), Lelo Coimbra (MDB), Marcus Vicente (PP), Norma Ayub (DEM) e Paulo Foletto (PSB) e dos senadores Magno Malta (PR), Rose de Freitas (Podemos) e Ricardo Ferraço (PSDB), que foi, inclusive, o relator do projeto no Senado.

A campanha de Temer e de seus aliados para aprovação da reforma trabalhista era de que a mudança na lei modernizaria as relações de trabalho e iria contribuir para criar milhares de emprego. No entanto, ao acabar com mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a mudança apenas favoreceu os empregadores que agora tem mais poder para retirar direitos já conquistados, como fizeram os bancos nas negociações com os bancários.

Além disso, com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável à terceirização irrestrita, a



sobretudo, do capital estrangeiro. Tenta-se superar a crise do capitalismo nos países centrais, aumentando a extração de ganhos sobre o trabalho nas periferias. E, para isso é imprescindível rebaixar — e até eliminar — a rede de proteção social alcançada nos poucos anos em que, em alguns desses países, experimentou, mesmo que precariamente, uma democracia social”, afirma Souto Maior.

## TRAIDORES DO POVO

Nestas eleições os trabalhadores capixabas devem dar uma resposta aos parlamentares traidores do povo rechaçando-os da política nacional. Neste cenário, é preciso eleger políticos comprometidos com a luta dos trabalhadores, contra a reforma da Previdência e dispostos a reverter a precarização do trabalho imposta pela reforma trabalhista e pela terceirização.

**DENUNCIE**

## ELES acabaram com nossos direitos NÃO MERECEM SEU VOTO



SENADORA  
ROSE DE FREITAS (PMDB)



SENADOR  
MAGNO MALTA (PR)



SENADOR  
RICARDO FERRAÇO (PSDB)



LELO COIMBRA (PMDB)



EVAIR DE MELO (PV)



PAULO FOLETTO (PSB)



MARCUS VICENTE (PP)



NORMA AYUB (DEM)

**DENUNCIE E COMPARTILHE QUEM SÃO OS TRAIDORES DO POVO**